

O que a reeleição de Lula representa para os mercados de crédito?

O que a reeleição de Lula representa para os mercados de crédito?

No último domingo, o presidente Lula foi reeleito no segundo turno para mais um mandato de quatro anos. Para avaliar o que o novo mandato pode produzir para os mercados, em especial para o segmento de crédito, precisamos entender as ideias que marcaram a economia no mandato do PT iniciado em 2023.

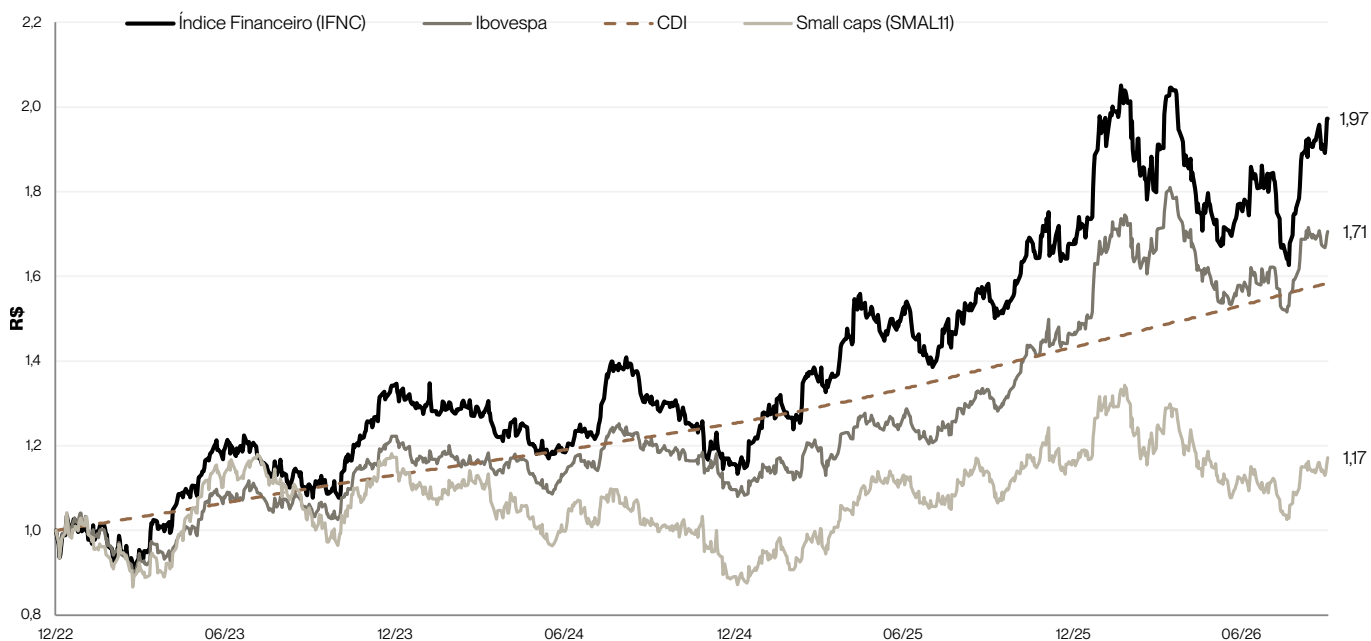
O modelo econômico escolhido foi marcado por um crescimento induzido pelo consumo, ancorado no crédito e em transferências crescentes do setor público para as famílias. O estoque de crédito ampliado em relação ao PIB, divulgado pelo Banco Central, saltou de 151% em 2021 para 165% atualmente,¹ enquanto as transferências do governo cresceram de R\$ 1,1 trilhão para R\$ 1,3 trilhão.² Esse modelo deve produzir um crescimento médio do PIB de 2,7% ao ano entre 2023 e 2026, contra 1,5% ao ano entre 2018 e 2022.³ A expansão do PIB, entretanto, foi ajudada pela substancial queda do desemprego, de 13,5% para 5,3% desde 2021,⁴ cuja contribuição estimamos em cerca de 2 pontos percentuais ao ano para o crescimento do PIB,⁵ impulso que não estará mais disponível nos próximos anos.

Esse crescimento acelerado por dívida teve impacto direto sobre a taxa Selic: a média vigente entre 2023 e 2026, de 13,1%, ficou 6,7 pontos percentuais acima da apurada entre 2019 e 2022.⁶ O custo de capital crescente, por sua vez, está relacionado ao aumento da dívida pública, que passou de 72% para 83% do PIB nos últimos quatro anos⁷ e mantém expectativa de trajetória crescente na ausência de um ajuste relevante nas contas do governo. Seus impactos se refletem no maior endividamento das famílias, cujo comprometimento de renda saltou de 26% para 29%,⁸ e na inadimplência da pessoa física, que subiu de 4,5% para 8% nos últimos quatro anos.⁹

A dinâmica atual se somou a uma particularidade da dívida pública brasileira: sua composição é muito mais concentrada em títulos pós-fixados (LFTs) do que a dos demais países do BRICS.¹⁰ Os investidores desses títulos são predominantemente bancos e pessoas físicas de maior renda e capacidade de poupança.¹¹ Uma Selic mais alta, resultado dessa matriz econômica, favorece quem investe em títulos pós-fixados e penaliza quem toma empréstimos pós-fixados. Entre os ativos de melhor retorno nos últimos quatro anos estiveram as ações de bancos, mesmo com a inadimplência em alta; os títulos das exportadoras, cujos resultados são beneficiados por um real desvalorizado; e os títulos das grandes empresas com capacidade de formar preços em seus mercados, que conseguiram repassar aos consumidores tanto o custo de capital quanto a carga tributária crescente, preservando a rentabilidade de suas operações.

Quanto rendeu R\$ 1 investido desde o início do último mandato Lula?

Gráfico 1



Fonte: B3 e bloomberg (Dezembro 2022 - hoje)

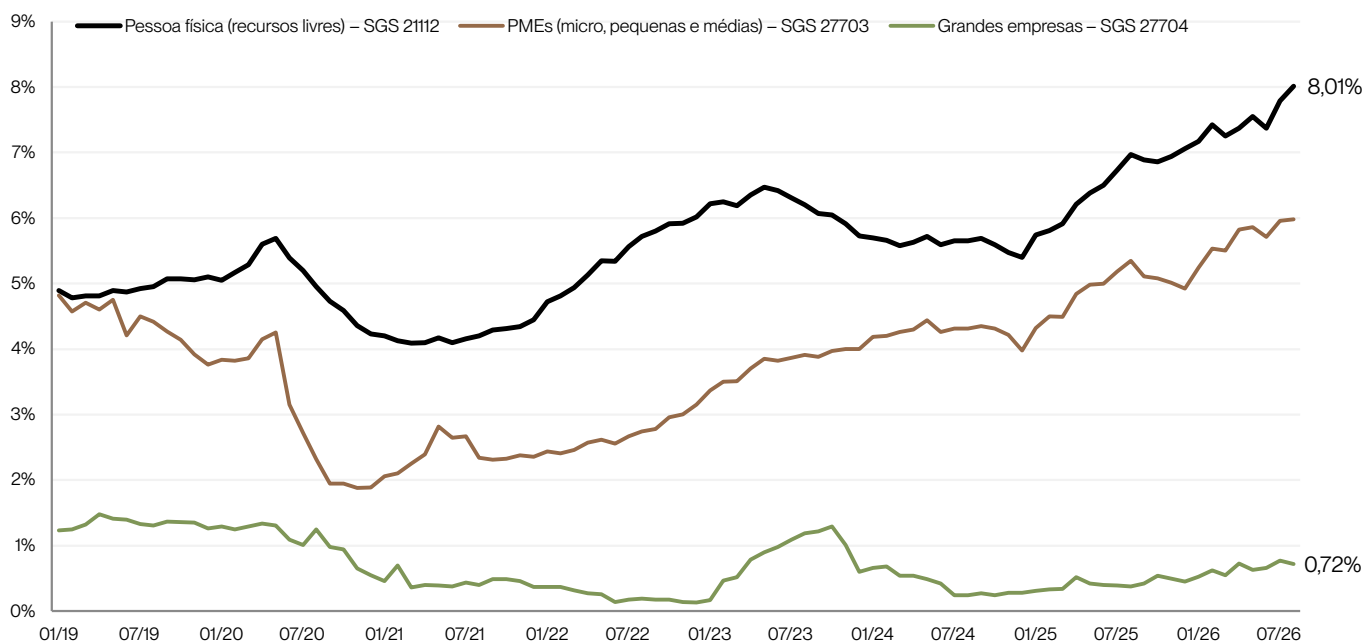
A pergunta-chave para os juros de equilíbrio: haverá ajuste fiscal?

Após um amplo pacote de expansão de gastos anunciado durante a eleição, o governo precisará enfrentar o desafio de encontrar novas fontes de receitas, remanejar custos e suavizar a trajetória crescente da relação dívida/PIB a partir de 2027. Com juros reais acima de 6%, estimamos uma necessidade de 2,6% do PIB para estabilizar esse indicador, economia superior a R\$ 300 bilhões no próximo ano. Com a atual composição do orçamento, consideramos pouco provável um corte relevante de gastos para endereçar essa necessidade, cujo atendimento dependeria de uma nova reforma da Previdência, uma reforma administrativa e/ou a revisão dos gastos obrigatórios com saúde e educação. Esse cenário traz algumas implicações diretas para os investimentos:

- 01 A Selic de equilíbrio deve seguir alta, com média de dois dígitos entre 2027 e 2031. Essa condição deve manter a renda fixa como a classe de ativo prioritária para os investidores. Entre os submercados de crédito, as empresas líderes, com capacidade de repasse de preços, e as exportadoras devem seguir como porto seguro, recebendo a maior parte do capital da indústria de investimentos e ampliando sua participação nos índices de renda fixa e variável. A tendência de menor crescimento do PIB nos próximos anos a partir da combinação de baixa confiança empresarial e custo de capital elevado deve reforçar a demanda pelo crédito de alta qualidade nas carteiras. Pelos dados de inadimplência do BC (Gráfico 2), foram justamente as grandes empresas que conseguiram manter taxas de inadimplência baixas e sob controle nos últimos três anos, em contraste com a inadimplência ascendente para as pequenas e médias empresas e para o crédito pessoa física.

Inadimplência: grandes empresas sob controle; PMEs e famílias em alta

Gráfico 2



Fonte: Estatísticas monetárias e de crédito do Banco Central (Janeiro 2019 - hoje)

- 02 O risco de ajuste via receita e a forte elevação das taxas das NTN-Bs devem aumentar o interesse pelos títulos incentivados no curto prazo. Em nossa carta de setembro, estimamos em mais de R\$ 50 bilhões por ano o custo da renúncia fiscal associada a esses títulos, o que tende a colocá-los em evidência em um plano de ajuste, eventualmente já até para uma PEC de transição. Se o governo repetir a estratégia adotada na MP 1.303/2025 e propuser a tributação apenas das novas emissões, os títulos já emitidos devem negociar com *spreads* significativamente mais comprimidos no mercado secundário. Diante do estoque total de R\$ 2,3 trilhões em títulos isentos, a potencial tributação de novas emissões pode provocar efeitos técnicos relevantes, considerando a redistribuição marginal dos investimentos entre outras classes de ativos.
- 03 O risco de ajuste via receita e a necessidade de uma nova reforma da Previdência pública devem aumentar a demanda dos investidores por planejamento sucessório, em especial pela previdência privada. Muitas vezes do atual governo defenderam no passado recente maior tributação sobre a transmissão de patrimônio entre gerações. Embora o ITCMD seja um imposto estadual, o atual governo federal conseguiu aprovar nos últimos anos o aumento da base de cálculo (valor de mercado e fim da avaliação de holdings pelo custo), a progressividade obrigatória e o IOF de 5% sobre aportes em VGBL acima de R\$ 600 mil por ano. Novamente, assumindo que qualquer nova medida preserve os benefícios do estoque, os investimentos em previdência, que foram relevantes na captação de fundos de renda fixa em 2026, seja via PGBL ou VGBL, deveriam estar ainda mais no radar dos investidores no curto prazo.

- 04 A infraestrutura deve ganhar interesse pela resiliência de seus fundamentos. Acreditamos que o setor produtivo brasileiro continuará sofrendo com uma matriz que gera custo de capital e carga tributária elevados, tendo como vencedoras as empresas com poder de mercado para repassar preços na ponta. O setor de infraestrutura deve continuar se destacando pelo menor risco de demanda, por tarifas protegidas contra a inflação e, em geral, por revisões tarifárias que cobrem o custo do capital investido. O déficit de infraestrutura no país tende a seguir pressionado pelo limite do orçamento público para novas obras e pela demanda crescente dos exportadores, ganhadores no cenário de real desvalorizado. Em termos de *valuation*, os *spreads* de infraestrutura, que abriram significativamente com a queda das taxas das NTN-Bs após o resultado do primeiro turno, devem voltar a fechar com o ajuste para cima nessas taxas.

Spreads de infraestrutura sobre NTN-B mais que triplicam desde agosto

Gráfico 3



Fonte: Idex Analytics (Outubro 2025 - hoje)

- 05 Quem perde no crédito nesse novo cenário? Setores mais cíclicos, empresas dependentes de juros mais baixos para compensar retornos comprimidos em suas operações e companhias mais alavancadas. Esse grupo deverá sofrer um ajuste mais relevante no valor de *equity* e *spreads* de crédito maiores no novo cenário de juros, câmbio e expectativas inflacionárias. Nosso time de *credit research* espera piora das projeções de resultados para o varejo, companhias aéreas e empresas em dificuldades operacionais que dependam da venda de ativos para a desalavancagem de seus balanços, como Hapvida, Elfa, CSN e Kora.

06 Um vencedor solitário? Às vésperas do segundo turno, a Braskem divulgou fato relevante com as propostas da companhia e de seus credores para o plano de recuperação extrajudicial. As duas propostas já convergem na estrutura: a liquidez de curto prazo virá de uma linha de fornecimento da Petrobras e de um período de alívio no serviço da dívida (PIK), e cada título atual será trocado por um pacote formado por nova dívida com garantias e por títulos conversíveis em capital. A diferença está nessa distribuição, com a companhia propondo 71% do principal em nova dívida e 29% em ações, e os credores pedindo ao menos 76% em nova dívida e até 24% em ações (parte das ações seriam contingentes à alavancagem futura, com a parte em dívida podendo subir a 81%). O suporte de *equity* da Petrobras também segue em negociação, entre US\$ 1,2 bilhão imediato e mais US\$ 500 milhões em 2029, se necessário, na proposta da companhia, e US\$ 1,85 bilhão imediato na dos credores. Garantias, prazos, cupons e o tratamento de cada série de *bonds* ainda serão definidos, com marcos em 30 de outubro para o acordo comercial e 23 de novembro para o protocolo do plano. Em nossa análise, a conversão de US\$ 4 a 5 bilhões de dívida em capital levaria a alavancagem da companhia para cerca de 5 vezes a dívida bruta sobre o EBITDA, ou 3 vezes em termos líquidos, patamar sustentável com o apoio do acionista estratégico. Precificando a nova dívida a um *yield* de saída próximo de 10%, mantendo o conversível pelo valor de face e atribuindo conservadoramente às ações recebidas apenas 40% do principal convertido, estimamos uma recuperação total entre 72% (termos da companhia) e 83% (termos dos credores) do par, com cenário-base em torno de 78% — bem acima dos 40% a 57% do par em que os *bonds* negociavam na abertura do dia 26 de outubro. A resposta à divulgação dos termos negociados foi um ganho de cerca de 10 pontos na curva *offshore* da Braskem, com as debêntures locais ainda marcadas de forma atrasada, perto de 40% do par. Até então, o principal risco era político, com uma possível troca no comando da Petrobras durante a transição de governo, que poderia, por sua vez, atrasar as aprovações necessárias e empurrar a companhia para uma recuperação judicial, cenário em que a recuperação dos credores seria reduzida. A continuidade do governo reduz esse risco e coloca a Braskem entre os poucos emissores do mercado de crédito diretamente beneficiados pelo resultado das urnas.

Estamos sob o risco de um descontrole dos gastos públicos?

Dominância fiscal é o termo usado pelo mercado quando a expansão dos gastos públicos torna a política monetária ineficaz no controle das expectativas de inflação. Boa parte da expansão fiscal do último mandato ocorreu pela flexibilização de gastos que puderam ser contabilizados “por fora” do arcabouço fiscal. Das sete principais medidas de flexibilização do arcabouço anunciadas nos últimos três anos, acreditamos que a nova composição do Congresso imporia dificuldade média ou elevada ao governo federal para pelo menos cinco, em função dos quóruns necessários para aprovação. A construção de governabilidade com um Senado dominado pela oposição será, ao mesmo tempo, o maior desafio para o governo reeleito e a principal garantia contra uma nova flexibilização do orçamento público capaz de provocar maior deterioração econômica.

Exceções ao arcabouço: chance de aprovação no 4º mandato do Lula

Tabela 1

Tipo de medida	Exemplos	Quórum	Até 31/01/2027 – Congresso atual	A partir de fev/2027 – Congresso eleito	Leitura
PEC de gasto acima da regra	Transição, precatórios (EC 136)	3/5, dois turnos	Médio	Difícil	PL+Novo ficam a 2 votos de barrar qualquer PEC no Senado; o que for preciso para 2027 tem de passar ainda neste ano.
PLP para programa social do governo	Pé-de-Meia, Auxílio Gás	Maioria absoluta	Médio	Difícil	Oposição enquadra como contabilidade criativa e tem votos para travar no Senado.
PLP setorial de apelo amplo	Defesa, saúde e educação	Maioria absoluta	Fácil	Médio	Defesa agrada à direita, saúde e educação ao centro; passa, com mais contrapartidas.
PLP de choque externo	Tarifaço (Brasil Soberano)	Maioria absoluta	Fácil	Médio	PL tende a exigir que o socorro fique dentro do limite, como tentou em 2025.
Exceções na LDO	Estatais, Novo PAC	Maioria simples, sessão conjunta	Fácil	Médio	Quórum baixo, mas PL forte na CMO encarece a negociação e pressiona por emendas.
Calamidade	Decreto legislativo e MP de crédito	Maioria simples	Fácil	Fácil	Ninguém quer votar contra vítimas de desastre; a MP tem efeito imediato.
Exceção via STF ou TCU	Precatórios 2023, queimadas, INSS	Sem votação	Não depende das bancadas	Não depende, risco maior	Tende a ser mais usada com o governo fraco no Congresso; o novo Congresso pode reagir limitando decisões monocráticas.

Legenda: Fácil (verde) - Médio (amarelo) - Difícil (vermelho)
Fonte: TSE, Agência Brasil com elaboração Leto Capital (2026)
LC = lei complementar. Blocos aproximados; composição sujeita a diplomação, decisões sub judice e migrações partidárias.

Em comparação ao último ciclo de recessão provocado pela desorganização da agenda econômica entre 2015 e 2016, observamos duas diferenças cruciais. A primeira estava relacionada com a maior interferência política na condução da autoridade monetária, quando o Brasil ainda não contava com o Banco Central independente por lei, insegurança que deteriorou as expectativas dos agentes de mercado e comprometeu ainda mais a confiança na economia. A segunda, igualmente importante, correspondia à ausência de limites legais para expansão do orçamento público, o que foi endereçado com o teto de gastos (2016), posteriormente substituído pelo arcabouço fiscal (2023). Mesmo as medidas de flexibilização do orçamento precisam da aprovação da Câmara e do Senado, conforme descrito acima, ou da aprovação de novas receitas. Essas negociações devem ser mais difíceis de articular no governo Lula 4, dado o crescimento das bancadas de oposição.

De forma direta, o ajuste das contas públicas era um desafio já contratado para 2027 independentemente do resultado da eleição para o governo federal. Acreditamos que a principal diferença esteja no ambiente de preços dos ativos financeiros em que o ajuste deveria ocorrer. Em um cenário de alternância de poder, o mercado atribuiria o benefício da dúvida ao governo de oposição (associando a nova agenda de medidas à agenda reformista do primeiro governo Bolsonaro) e o risco seria que os preços benevolentes tirassem a urgência necessária para o ajuste fiscal. No cenário atual, confirmada a reeleição do governo, o movimento negativo de preços deveria aumentar o incentivo para ações imprescindíveis ao ajuste das contas públicas ou, pelo menos, limitar o espaço de desvios adicionais de políticas via deterioração das condições econômicas para as empresas e população. O mercado, como sempre, segue exercendo seu papel de ajustar preços, que costumam ser incentivo para as decisões dos agentes, inclusive do agente público. A capacidade de interpretar essa sinalização e agir na direção correta será um teste para o governo reeleito, que terá na nomeação do ministro da Fazenda e na definição das prioridades de uma eventual nova PEC de transição suas primeiras oportunidades de reconstruir a confiança.

Como ajustamos a gestão do risco de crédito no atual cenário

Com um pouco da mesma receita que usamos nos últimos quatro anos: preferência pelas companhias líderes em seus setores, setores com dinâmicas defensivas de demanda e repasse de preços na ponta (como infraestrutura) e busca por estruturas de financiamento com base em ativos (como os FIDCs), mais protegidas para situações de reestruturações corporativas. Do ponto de vista técnico, esperamos uma queda nas emissões corporativas pela menor demanda por financiamento para investimentos discricionários, o que pode reduzir o estoque de ativos de crédito da indústria. Adicionalmente, uma eventual tributação dos ativos incentivados pode provocar uma redistribuição relevante da alocação incremental na indústria de investimentos, cujos efeitos deverão ser acompanhados de perto.

A estabilidade do mercado de crédito depende diretamente da estabilidade da economia. A característica de baixo beta desse mercado e a natureza predominantemente pós-fixada dos títulos reduzem a volatilidade do crédito em momentos como o atual. Os efeitos observados no último dia 26 foram bastante contidos frente a outras classes de ativos, com abertura de 24 bps nos spreads do IDEX-CDI e aumento da procura por debêntures incentivadas.

Isso não significa manutenção do nível de risco de crédito médio do mercado. Juros altos por mais tempo devem manter a inadimplência pressionada nos segmentos que já vinham se deteriorando, como pequenas e médias empresas (PMEs) e pessoas físicas, e ampliar a dispersão de resultados entre emissores. Nesse ambiente, a seleção de crédito e a disciplina na estrutura das operações fazem mais diferença do que a direção do mercado: spreads mais abertos em setores cíclicos e em emissores alavancados devem ser lidos como remuneração por um risco efetivamente maior, e não como oportunidade automática.

Em síntese, a reeleição não muda a direção do nosso posicionamento, mas aumenta a importância de executá-lo com rigor. Com a Selic em dois dígitos no horizonte, o crédito pós-fixado segue oferecendo retorno nominal elevado com volatilidade baixa. No segmento, seguiremos privilegiando empresas líderes e exportadoras, infraestrutura com receitas protegidas contra a inflação e estruturas lastreadas em ativos. Nos próximos meses, acompanharemos de perto três sinais: a escolha do ministro da Fazenda, o desenho de uma eventual PEC de transição e o tratamento dado aos títulos incentivados. Eles dirão se o ajuste virá pelo gasto, pela receita ou pelos preços dos ativos. Em qualquer dos casos, o crédito de qualidade segue como a classe mais bem posicionada para atravessar esse momento de incerteza sobre os rumos que o governo reeleito decidirá tomar.

Anexo · Notas e fontes

1. Banco Central do Brasil, Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), série 28215 – Saldo de crédito ampliado total em relação ao PIB: 151,0% em dez/2021 e 164,9% em ago/2026. O conceito ampliado inclui, além de empresas e famílias, a dívida do governo geral.
2. Artigo de Alexandre Schwartzman publicado na Folha de S.Paulo em 25/10/2026.
3. IBGE, Contas Nacionais Trimestrais (BCB-SGS, série 7326): +1,8% em 2018, +1,2% em 2019, -3,3% em 2020, +4,8% em 2021, +3,0% em 2022, +3,2% em 2023, +3,4% em 2024 e +2,3% em 2025; para 2026, mediana do Boletim Focus do Banco Central de 19/10/2026 (+1,83%). Médias geométricas: 2,7% a.a. em 2023–2026 e 1,5% a.a. em 2018–2022.
4. IBGE, PNAD Contínua (BCB-SGS, série 24369) – taxa de desocupação: média de 2021 de 13,5%; 5,3% no trimestre móvel encerrado em ago/2026.
5. Estimativa da Leto Capital.
6. Banco Central do Brasil, SGS série 4189 – Taxa Selic acumulada no mês, anualizada (base 252). Média mensal de 13,1% entre jan/2023 e out/2026 (out/2026 parcial), contra 6,4% entre jan/2019 e dez/2022.
7. Banco Central do Brasil, SGS série 13762 – Dívida bruta do governo geral (metodologia a partir de 2008), em % do PIB: 71,7% em dez/2022 e 82,9% em ago/2026.
8. Banco Central do Brasil, SGS série 29034 – Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional: 25,6% em dez/2021 e 28,7% em jul/2026, o maior nível desde pelo menos 2011.
9. Banco Central do Brasil, SGS série 21112 – Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres, pessoas físicas, total: 4,45% em dez/2021 e 8,01% em ago/2026.
10. Tesouro Nacional, Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, agosto/2026: títulos remunerados pela Selic (LFT) representavam 52,7% da DPF.
11. Tesouro Nacional, Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, agosto/2026 – detentores da DPMFi: instituições financeiras 31,2%, previdência 22,6%, fundos de investimento cerca de 22,5%, não residentes 9,9%, seguradoras 3,3% e Tesouro Direto 3,0%.

Quem somos

Leto Capital

Nascemos há 12 anos como uma gestora de crédito e, ao longo dessa trajetória, evoluímos para um ecossistema de soluções de capital. Acreditamos que o mercado pode ser protagonista na promoção de transformações reais na economia.

Fundada em 2014 por Alexandre Muller, a JGP Gestão de Crédito agora é Leto Capital.

A nova marca representa a evolução de uma equipe que cresceu unida, desenvolveu uma cultura própria e construiu uma ampla infraestrutura de avaliação de riscos, análise, gestão e estruturação de operações, mantendo o crédito em seu DNA.

R\$ 23 bi

em ativos sob gestão*

12 anos

de track record

MQ1

rating de gestão pela
Moddy's

+1.000

comitês de crédito
realizados

+80

colaboradores

*Data base: 31/08/2026

As três empresas do ecossistema:

Leto Asset Management

Gestora dos fundos de crédito privado, infraestrutura e estruturados.

Anteriormente JGP Gestão de Crédito Ltda.

Leto Financial Advisory

Originação de ativos e assessoria em operações de M&A.

Anteriormente JGP Financial Advisory Ltda.

I dex Analytics

Desenvolvimento de índices e infraestrutura de dados para o mercado, incluindo o IDEX-Infra e o IDEX-CDI citados nesta carta.

Nova empresa

Mudamos de nome, mas a excelência na gestão, a disciplina nos investimentos e o compromisso com nossos investidores continuam os mesmos.

Nossos fundos

Fundos de infraestrutura da Leto

Fundos com carteiras compostas, majoritariamente, por debêntures de infraestrutura (Lei 12.431), isentos de IR para cotistas pessoas físicas. As opções incluem fundos com benchmark IMA-Geral e gestão ativa de duration (IPCA+) e estratégias 100% hedgeadas para CDI.

Infra abertos

*Valores referentes a set/26

	Debêntures Juros Reais	Debêntures Juros Reais 60	Debêntures CDI Advisory
CNPJ	41,594,333/0001-73	54,237,051/0001-60	63,179,605/0001-01
Lançamento	20-jul-2021	06-mai-2024	07-nov-2025
Carrego bruto*	IPCA+10,20%	IPCA+9,97%	CDI+2,38%
Alocação alvo bonds exterior	—	—	—
Taxa global	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,03% a.a.
Taxa de performance	20% do que exceder 100% do IMA-Geral	20% do que exceder 100% do IMA-Geral	20% do que exceder 100% do CDI (master)
Público-alvo	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores em Geral
Carência para resgate	D+30 dias corridos	D+60 dias corridos	D+31 dias corridos
Aplicação/saldo mínimo	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Movimentação subsequente	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Tipo ANBIMA	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre
Tributação perseguida	Isento	Isento	Isento
Plataformas disponíveis	XP, BTG, Itaú, Inter	XP, BTG, Itaú	XP

Infra cetipados

	JGPI11	JGFA11	JGPD11	JGPD12
CNPJ	52,915,104/0001-20	58,356,902/0001-45	55,204,781/0001-28	65,918,533/0001-00
Data de início	05-fev-2024	06-jan-2025	27-jun-2024	05-mai-2026
Carrego bruto*	IPCA+11,54%	CDI+4,48%	CDI+4,54%	CDI+3,09%
Alocação alvo bonds exterior	—	Até 20% do PL	—	—
Taxa global	1,20% a.a.	1,20% a.a.	1,20% a.a.	1,18% a.a.
Taxa de performance	20% do que exceder IMA-Geral + 1,00% a.a.	20% do que exceder 100% do CDI	20% do que exceder IMA-Geral + 1,00% a.a.	20% do que exceder 100% do CDI
Público-alvo	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores Qualificados
Carência para resgate	Fundo cetipado	Fundo cetipado	Fundo cetipado	Fundo cetipado
Aplicação/saldo mínimo	—	—	—	—
Movimentação subsequente	—	—	—	—
Tipo ANBIMA	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre
Tributação perseguida	Isento	Isento	Isento	Isento
Plataformas disponíveis	XP	XP	EQI	EQI

Nossos fundos

Fundos de crédito da Leto

Estratégias de crédito privado geridas pela Leto Asset Management, com foco em dívida corporativa e financeira de alta liquidez no mercado local. A família inclui fundos com benchmark CDI, opções com alocação em bonds emitidos no exterior com proteção cambial e veículos de previdência.

Crédito abertos

*Valores referentes a set/26

	Corporate	Corporate Plus	Select	Crédito Advisory
CNPJ	20.824.446/0001-48	19.488.866/0001-11	21.946.695/0001-79	28.767.162/0001-79
Lançamento	19-dez-2014	30-jun-2016	24-abr-2015	20-dez-2017
Carrego bruto*	CDI+2,39%	CDI+2,69%	CDI+3,06%	CDI+2,69%
Alocação alvo bonds exterior	—	Até 10% do PL	Até 40% do PL	Até 20% do PL
Taxa global	0,75% a.a.	0,90% a.a.	1,00% a.a.	1,10% a.a.
Taxa de performance	20% do que exceder 104% do CDI	20% do que exceder 104% do CDI	20% do que exceder 104% do CDI	20% do que exceder 104% do CDI
Público-alvo	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores em Geral
Carência para resgate	D+15 a D+45 dias corridos	D+45 a D+75 dias corridos	D+45 a D+75 dias corridos	D+45 dias corridos
Aplicação/saldo mínimo	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Movimentação subsequente	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Tipo ANBIMA	Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre	Multimercados Estratégia Específica	Multimercados Estratégia Específica	Multimercados Estratégia Específica
Tributação perseguida	Longo prazo	Longo prazo	Longo prazo	Longo prazo
Plataformas disponíveis	XP, BTG, Itaú e outras	XP, BTG, Safra, Itaú e outras	XP, BTG, Safra, Itaú e outras	XP

Previdência

	Crédito Previdenciário Advisory	Crédito BP Prev IPCA	Crédito Previdenciário Dinâmico
CNPJ	32.319.225/0001-00	44.643.217/0001-95	52.840.769/0001-11
Lançamento	24-abr-2019	16-nov-2022	06-nov-2025
Carrego bruto*	CDI+1,53%	CDI+1,46%	CDI+5,22%
Alocação alvo bonds exterior	Até 20% do PL	Até 20% do PL	Até 20% do PL
Taxa global	1,10% a.a.	1,10% a.a.	1,50% a.a.
Taxa de performance	—	—	—
Público-alvo	Investidores em Geral	Investidores em Geral	Investidores Qualificados
Carência para resgate	D+5 dias úteis	D+5 dias úteis	D+177 dias úteis
Aplicação/saldo mínimo	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00
Movimentação subsequente			
Tipo ANBIMA	Previdência RF Duração Livre Crédito Livre	Previdência RF Duração Livre Crédito Livre	Previdência Multimercados Livre
Tributação perseguida	Previdenciário	Previdenciário	Previdenciário
Plataformas disponíveis	XP	BTG	XP

Nossos fundos

Fundos alternativos da Leto

Estratégias de crédito high yield, special situations e agro, em fundos de prazo longo, FIDCs e Fiagros. Os FIDCs e fundos fechados são destinados a investidores profissionais; os Fiagros têm rendimentos isentos de IR para cotistas pessoa física (Lei 14.130/2021).

Crédito high yield e special situations

*Valores referentes a set/26

	Crédito Ecossistema 360	Estruturados FIDC	Estruturados III FIDC	Estruturados IV	Special Situations IV FIDC
CNPJ	45,683,300/0001-50	41,075,407/0001-65	50,198,834/0001-21	63,461,001/0001-53	54,976,450/0001-43
Lançamento	16-mai-2022	21-jun-2021	29-set-2023	18-mai-2026	10-mai-2024
Carrego bruto*	CDI+5,46%				
Alocação alvo bonds exterior	Até 40% do PL	—	—	—	—
Taxa global	2,00% a.a.	2,00% a.a.	2,00% a.a.	2,00% a.a.	1,50% a.a.
Taxa de performance	20% do que exceder 100% do CDI	20% do que exceder CDI + 4%	20% do que exceder CDI + 4%	20% do que exceder IPCA + 8%	20% do que exceder CDI + 4%
Público-alvo	Investidores Qualificados	Investidores Profissionais	Investidores Profissionais	Investidores Profissionais	Investidores Profissionais
Carência para resgate	D+365 dias corridos	Ilíquido	Ilíquido	Ilíquido	Ilíquido
Aplicação/saldo mínimo	R\$ 100,000,00	—	—	—	—
Movimentação subsequente	R\$ 50,000,00	—	—	—	—
Tipo ANBIMA	Multimercados Estratégia Específica	FIDC Outros	FIDC Outros	Multimercados Livre	FIDC Financeiro
Tributação perseguida	Longo prazo	Longo prazo	Longo prazo	Longo prazo	Longo prazo
Plataformas disponíveis	XP				

Fiagros

	JGPT11	JGPX11
CNPJ	43,741,205/0001-30	42,888,292/0001-90
Data de início	27-dez-2022	23-nov-2021
Carrego bruto*	CDI+2,46%	CDI+2,42%
Alocação alvo bonds exterior	—	—
Taxa global	1,28% a.a.	1,13% a.a.
Taxa de performance	20% do que exceder CDI + 1% a.a. (HWM)	20% do que exceder CDI + 2% a.a. (HWM)
Público-alvo	Investidores em Geral	Investidores em Geral
Carência para resgate	Fundo cetipado	Fundo listado
Aplicação/saldo mínimo	—	—
Movimentação subsequente	—	—
Tipo ANBIMA	FI-Agro Imobiliário, Gestão Ativa	FI-Agro Imobiliário, Gestão Ativa
Tributação perseguida	Isento	Isento
Plataformas disponíveis	XP	Home Broker

Nossos fundos

ETF da Leto

O LTMG11 é o ETF de renda fixa da Leto, que replica o índice Idex CDI Margem, com liquidação em D+1, sem come-cotas e com alíquota de IR que não depende do prazo de permanência.

ETF

		LTMG11
CNPJ	68,910,788/0001-07	
Data de início	30-set-2026	
Alocação alvo bonds exterior	—	
Taxa global	0,25% a.a.	
Taxa de performance	—	
Público-alvo	Investidores em Geral	
Carência para resgate	Fundo listado	
Aplicação/saldo mínimo	—	
Movimentação subsequente	—	
Tipo ANBIMA	Fundo de Índice (ETF)	
Tributação perseguida	15% de IR, sem come-cotas	
Plataformas disponíveis	Home Broker	

Este material foi elaborado pela Leto Capital exclusivamente para fins informativos e institucionais. Seu conteúdo não constitui oferta, solicitação ou recomendação de investimento, nem deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, jurídico, contábil ou tributário.

As informações, opiniões e projeções aqui apresentadas refletem as condições disponíveis na data de sua elaboração e estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. Embora as informações sejam consideradas confiáveis, não há garantia quanto à sua exatidão, integridade ou atualização. Rentabilidades passadas não representam garantia de resultados futuros.

Todo investimento envolve riscos, inclusive a possibilidade de perda parcial ou total do capital investido. Os investimentos em fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Antes de investir, recomenda-se a leitura dos documentos aplicáveis, incluindo Regulamento, Anexo Classe e Apêndice Subclasse, quando existentes, que se encontram disponíveis também no site da gestora www.letocapital.com.br/fundos.

Leto Asset Management Ltda.
Rua Humaitá 275, 11º andar (Parte)
Humaitá, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22261-005 - Brasil
ri@letocapital.com.br
www.letocapital.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima 2277, cj. 1904
Jardim Paulistano, São Paulo - SP
CEP: 01452-000 - Brasil

R. Desembargador Leite
Albuquerque 635, Sl. 501
Aldeota, Fortaleza – CE
CEP: 60150-150

